

RELIGIÃO E PSICANÁLISE: O SABER-PODER NAS CARTAS ENTRE FREUD E PFISTER

RELIGION AND PSYCHOANALYSIS: SABER-POWER IN LETTERS BETWEEN FREUD AND PFISTER

RELIGIÓN Y PSICANÁLISIS: EL SABER-PODER EN LAS CARTAS ENTRE FREUD Y PFISTER

Laelson Matos Ribeiro Júnior¹
Edvânia Gomes da Silva²

Resumo: Objetivamos analisar, com base em trabalhos de M. Foucault, como as relações entre psicanálise e religião, pensadas enquanto formas de poder-saber, se materializam nas correspondências trocadas por S. Freud e O. Pfister entre 1909 e 1939. Procuramos estabelecer inter-relações entre os discursos materializados nas cartas, a fim de encontrar indícios dessa relação entre poder e saber. Vimos que os discursos são controlados e regulados no interior das ordens de discursos, que os fazem funcionar, e que circulam sob certas regras, exercendo um poder a partir de um saber que possuem e controlam.

Palavras-chave: Saber-poder. Psicanálise. Religião. Foucault.

Abstract: We aim to analyze, based on the works of M. Foucault, how the relations between psychoanalysis and religion, thought as forms of power-knowledge, materialize in the correspondences exchanged by S. Freud and O. Pfister between 1909 and 1939. We try to establish inter-relations between the discourses materialized in the letters, in order to find evidence of this relationship between power and knowledge. We have seen that discourses are controlled and regulated within the orders of discourses, that make them work, and that circulate under certain rules, exerting a power from a knowledge that they possess and control.

Keywords: Knowledge-power. Psychoanalysis. Religion. Foucault.

Resumen: El objetivo fue evaluar, basado en la obra de M. Foucault, tales como la relación entre el psicoanálisis y la religión, pensamos como formas de poder-saber, se materializan en la correspondencia entre Freud y S. O. Pfister entre 1909 y 1939. Buscamos establecer inter-relaciones entre los discursos materializados en las cartas, a fin de encontrar indicios de esa relación entre poder y saber. Vimos que los discursos son controlados y regulados dentro de las órdenes de discursos, que los hacen funcionar, y que circulan bajo ciertas reglas, ejerciendo un poder a partir de un saber que poseen y controlan.

Palabras-clave: Saber-poder. Psicoanálisis. La religión. Foucault.

Envio 01/07/2017

Revisão 06/07/2017

Aceite 29/08/2017

¹ Graduando em Psicologia da Universidade Estadual do sudoeste da Bahia - UESB. Bolsista de Iniciação científica da UESB. E-mail: laelsonmrj@gmail.com.

² Orientadora, Professora Doutora e Pesquisadora do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: edvaniagsilva@gmail.com

Introdução

Em “A verdade e as formas jurídicas” (1971), Foucault defende que, diferentemente do que é proposto na tragédia grega de Édipo - onde se promove uma desvinculação entre o saber e o poder (Édipo perde seu poder justamente por ser aquele que sabia demais) - o saber não se constrói separado das questões relativas ao poder. Assim, o saber viria dos nossos anseios de exercer, em dada medida, algum tipo de poder em nosso meio e conseqüentemente, sobre nossos pares; e em um jogo de inter-relações entre poder e saber, as formas de poder seriam possíveis, justamente devido aos saberes que ensejam.

O livro *Cartas entre Freud e Pfister [1909-1939]* (Freud; Meng, 2009), como o próprio nome já mostra, traz as correspondências que foram trocadas entre Freud – considerado o pai da Psicanálise e um judeu ateu, como ele mesmo se definia (Freud, 2014) - e Pfister, pastor protestante, um dos únicos psicanalistas não-médicos da Sociedade Psicanalítica de Zurique e que tinha um grande apreço pela área de conhecimento difundida por Freud (Freud; Meng, 2009). Estas cartas contêm mensagens trocadas durante trinta anos, até o ano em que Freud morreu, e abordam diversos assuntos, desde as posições de ambos sobre a psicanálise e a religião, passando por questões sociais e pessoais. Como dito por Joel Birman (Freud; Meng, 2009, p. 9): “a correspondência entre Freud e o pastor Pfister, estabelecida de forma sistemática entre 1909 e 1939, constitui talvez o arquivo discursivo mais importante para balizarmos a relação entre os discursos psicanalítico e religioso”.

Encaramos, então, em nossa análise, dois discursos importantes na construção da sociedade contemporânea: o discurso psicanalítico e o discurso religioso. Tanto a psicanálise quanto a religião possuem características que nos permitem entendê-las como funcionando vinculadas a uma certa “ordem de discurso” (Foucault, 2007). De acordo com Foucault, para adentrar a essa “ordem”, é preciso realizar certo número de tarefas, é necessário seguir orientações acerca do que pode ou não pode ser dito. Além disso, para fazer parte da “ordem”, é preciso, ainda, que o sujeito faça certas escolhas e não outras, como mostraremos mais adiante. Dessa forma, esses discursos, a partir de um saber que possuem (um saber sobre Deus, sobre a alma e sobre a salvação - no caso do discurso religioso -; e um saber sobre o homem, o psiquismo, e sobre certa concepção de cura, no caso da psicanálise), exercem um poder naqueles que se subjetivam em certos lugares.

Assim, partindo dos pontos aqui já expressos, objetivamos analisar como as relações de poder-saber se materializam nas cartas trocadas entre Freud e Pfister. Para tanto, procuramos estabelecer inter-relações entre os discursos, buscando trechos nos quais podemos verificar que uma relação entre poder e saber se materializa, tanto quanto falamos do discurso psicanalítico, quanto nos referimos ao discurso religioso.

A Ordem Do Discurso

Em dezembro de 1970, M. Foucault fazia sua aula inaugural, após assumir a cátedra de História dos Sistemas de Pensamento, no “*Collège de France*”; aula essa que resulta no livro “A ordem do discurso” (Foucault, 2007). A principal tese defendida por Foucault no referido livro é que: “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos” (Foucault, 2007, p. 8-9). Tais procedimentos seriam responsáveis por dominar os poderes e perigos que o discurso traz consigo, condicionar sua circulação, apenas em certos círculos, controlar seu acontecimento aleatório e “esquivar sua pesada e temível materialidade” (Foucault, 2007 p. 9).

139

Dentro de tais procedimentos, encontramos três modalidades, as quais aparecem divididas apenas a título de explanação teórica, mas que, em nível prático, funcionam conjuntamente: os procedimentos externos de exclusão (interdição, segregação da loucura e a vontade de verdade), os procedimentos internos (o comentário, o princípio do autor e as disciplinas), e, por último, os procedimentos de rarefação do sujeito (o ritual, as sociedades de discurso e as doutrinas).

Procedimentos Externos

O primeiro dos procedimentos externos, e talvez o mais visível em nossa sociedade, é a interdição: sabe-se que não se pode dizer tudo o que se quer, em qualquer lugar ou em qualquer hora, e que nem todos podem dizer todas as coisas. Vemos assim, delinearem-se três subestruturas da interdição: o tabu do objeto, pois nem todos podem falar de qualquer coisa; o ritual de circunstância, pois certos dizeres só podem ser ditos em determinadas situações; e a posição privilegiada do sujeito que fala, segundo a qual apenas um certo número de pessoas

pode estar autorizado a dizer algo sobre determinados temas. Por exemplo, só o médico pode receitar remédios.

Nos deparamos, então, com um jogo de mecanismos de interdição que se cruzam, se reforçam ou acabam por se compensar, formando uma relação complexa que não cessa de se modificar³. O procedimento da interdição revela, ainda segundo Foucault (2007), a ligação do discurso com o desejo e o poder; pois como dito pelo referido autor – mesmo falando a partir de um lugar distinto do qual fala a Psicanálise –, com a teoria freudiana consegue-se perceber que o discurso não é apenas aquilo que manifesta ou oculta o desejo, mas também é o próprio objeto de desejo, aquilo do qual queremos nos apoderar.

O segundo dentre procedimentos externos se caracteriza não por uma interdição, mas por uma separação, uma rejeição, trata-se da segregação da loucura. Segundo Foucault (2007), desde a alta Idade Média que o discurso do louco não é aquele que pode circular como os outros; pode ocorrer que sua palavra não seja aceita, não tendo valor de verdade ou mesmo importância. Nesse sentido, essa “palavra” não pode, por exemplo, testemunhar ou assinar um contrato. Mas, também pode ocorrer o inverso, pois há momentos em que a “palavra” do louco é escutada, mas investida de poderes místicos ou proféticos; “de qualquer modo, excluída ou secretamente investida pela razão, no sentido restrito, ela não existia. Era através de suas palavras que se reconhecia a loucura do louco; elas eram lugar onde se exercia a separação” (Foucault, 2007, p. 11). Assim, todo o discurso do louco recaía no vazio, pois a palavra só lhe era dada em registro simbólico.

O terceiro dos procedimentos externos, a vontade de verdade, se mostra não quando nos situamos no interior de um discurso, mas quando nos questionamos, qual é, e qual foi, por meio dos nossos discursos, essa vontade de verdade que perpassou tantos séculos de nossa história, e qual é, de modo mais geral, o tipo de separação que rege os dois registros do verdadeiro e do falso. Foucault (2007) defende que essa vontade de verdade, tanto quanto os outros sistemas de exclusão já citados, apoia-se sobre um suporte institucional. Ela é reforçada, controlada, reconduzida por toda uma relação de práticas como a “pedagogia, é claro, como o

³ É importante observar que, muito embora, em “A ordem do discurso” (2007) Foucault faça essa defesa do mecanismo de interdição, a partir da “História da sexualidade I” (1988), esse mesmo mecanismo vai receber um enfoque um tanto diferente em algumas epistemes, deixando de ser aquilo que barra o discurso pelo imperativo do não dizer, mas agindo como aquele que o controla imperando que se fale, mas fale em certas ocasiões e não em outros.

sistema de livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios de outrora, os laboratórios de hoje” (Foucault, 2007, p. 17). Além disso, ela é, também, reconduzida pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade: como é valorizado, como é distribuído e difundido. Enfim, essa vontade de verdade, apoiada em um suporte institucional, inclina-se a exercer sobre outros discursos, uma certa pressão e como que um certo poder de coerção.

Esses sistemas de exclusão, tanto a interdição quanto a segregação da loucura, não cessam de se orientar para a vontade de verdade, que procura retomá-los, modificá-los, fundamentá-los; se os dois primeiros tendem a se tornar mais frágeis e incertos, na proporção em que a vontade de verdade os atravessa, está última não cessa de se reforçar e de se tornar mais profunda e irrefreável, conforme perpassa a outras duas.

Procedimentos Internos

O segundo grupo de procedimentos se difere dos primeiros em relação de onde exercem seu poder: se os primeiros se exerciam de uma certa perspectiva externa, funcionando como sistemas de exclusão, e concernentes a parte do discurso que põe em cena o jogo de desejo e poder, o segundo funciona como se o discurso exercesse ele mesmo seu próprio controle. Um nível de funcionamento que age, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação e de distribuição, ou melhor, como exposto por Foucault (2007, p. 21), “de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso”.

O primeiro destes procedimentos é o comentário. O comentário, de acordo com a proposta foucaultiana, “conjura o acaso do discurso, fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto, mas com a condição de que o texto seja dito e de certo modo realizado” (2007, p. 25-26). Vemos delinear-se, assim, dois papéis que, embora pareçam contraditórios, se articulam: o de dizer sempre algo que, de alguma forma, já foi dito; e o de produzir algo ainda não dito. Por um lado, esse procedimento possibilita a construção indefinida de novos discursos: o primeiro texto (“original”), sempre pairando sobre o segundo (o comentário), tem um estatuto que é reatualizável, e possui múltiplos sentidos. Dessa forma, funda-se a possibilidade aberta de falar, mas por outro lado, o comentário, não importa a técnica utilizada, tem o papel de dizer aquilo que estava articulado, mesmo que de forma silenciosa, no primeiro texto. O comentário, como dito por Foucault (2007, p. 25), “deve, conforme um paradoxo que

ele desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito”.

O segundo dos procedimentos internos descritos por Foucault (2007) é o princípio do autor. O autor, na perspectiva proposta por Foucault, não é entendido como o indivíduo que fala ou escreve o texto, mas como princípio de agrupamento de discursos; "o autor é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real" (Foucault, 2007, p. 28). Esse princípio não é uniforme e não se faz em toda parte: existem discursos que circulam por aí sem que sejam atribuídos a um autor, e nem nos domínios em que está atribuição se constitui como regra, nem assim as funções são as mesmas.

Na ordem do discurso científico, por exemplo, a atribuição a um autor, na idade média, era responsável por imputar valor de verdade aos discursos, e por isso, tal atribuição era, de certa forma, indispensável, pois uma proposição recebia seu valor científico diretamente do seu autor. Porém, desde o século XVII, ainda segundo Foucault (2007), esta proposição vem se enfraquecendo, de forma que o autor só surge para dar nome a um teorema, a um efeito ou a uma síndrome. Em contrapartida, Foucault defende que, na ordem do discurso literário, na mesma época, o nome do autor começou a adquirir cada vez mais força e importância. Em síntese, Foucault (2007) mostra que: “o comentário limitava o acaso do discurso pelo jogo de uma identidade que teria a forma de repetição e do mesmo. O princípio do autor limita esse mesmo acaso pelo jogo de uma identidade que tem a forma da individualidade e do eu” (Foucault, 2007, p. 29).

O terceiro procedimento descrito por Foucault são as disciplinas, um princípio que também é relativamente móvel, pois permite construções, mas ainda conforme um jogo muito restrito. A organização das disciplinas se opõe aos princípios do autor e do comentário: ao princípio da autoria, porque a disciplina é definida por um domínio de objetos, por um conjunto de métodos, um corpo de proposições verdadeiras e falsas, jogos de regras de definições, técnicas e instrumentos, e tais mecanismos funcionam como uma espécie de sistema anônimo que se faz disponível a quem quer ou pode se utilizar deles, sem que a sua validade esteja ligada a quem inventou ou assina a produção de determinado produto, constituído no âmbito desse sistema. E opõe-se, também, ao do comentário na medida em que, em uma disciplina, diferentemente do que ocorre no comentário, não é um sentido silencioso que precisa ser redescoberto, e nem

uma identidade que precise ser repetida, ela é, muito antes, aquilo que se faz necessário na construção de novos enunciados.

Em síntese, “para que haja disciplinas é preciso, pois, que haja possibilidade de formular, e de formular indefinidamente, proposições novas” (Foucault, 2007, p. 30). Ou, anda segundo Foucault, “a disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras” (Foucault, 2007, p. 36).

Procedimentos De Rarefação

No terceiro grupo de procedimentos, não busca dominar os poderes que o discurso tem, ou conjurar os acasos de suas aparições. Trata-se, mais especificamente, de determinar as condições de seu funcionamento, “de impor aos indivíduos que os pronunciam, um certo número de regras, de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles” (Foucault, 2007, p. 36-37). Ou de outra forma: não são todas as áreas do discurso que são abertas e acessíveis a todos, algumas inclusive são extremamente seletivas.

O primeiro dos procedimentos de rarefação é o ritual. Esse é definido pela qualificação que devem possuir os indivíduos que pronunciam o discurso, e que, como dito por Foucault, devem ocupar determinada posição e formular determinados enunciados. Tal procedimento é, em certo sentido, apresentado já na “A arqueologia do saber” (1969), quando Foucault mostra a importância, no que diz respeito ao funcionamento das modalidades enunciativas, de se determinar qual o lugar do sujeito que fala, e a partir de que posição ele está apto a emitir aquele discurso. O ritual define os gestos, as circunstâncias, e todo um conjunto de signos que são concernentes e devem acompanhar aquele discurso; enfim, fixa a eficácia imposta às palavras, e o seu efeito sobre aqueles aos quais o discurso se dirige.

Foucault (2007) descreve, como o segundo dos procedimentos de rarefação dos sujeitos, as sociedades de discurso. Elas existem para organizar e controlar a produção de discursos, para fazer com que eles circulem em um espaço fechado, sob regras restritas e sem que seus detentores sejam desautorizados por tal distribuição. Foucault (2007) ainda defende que hoje não se pode mais afirmar que as sociedades de discurso se constituam por um jogo entre ocultação e revelação de segredos, como ocorria na Idade Média, mas que é possível que

o ato de escrever - como hoje é institucionalizado no livro, no sistema de edição, no personagem do autor - tenha um lugar nas sociedades de discurso. Trata-se, portanto, de um procedimento de rarefação talvez difuso, mas certamente coercitivo.

O terceiro dos procedimentos de rarefação dos sujeitos são as doutrinas. Estas, à primeira vista, tendem a se opor às sociedades de discurso: nas últimas, o número de indivíduos que tinham acesso ao discurso tendia a ser limitado e controlado. Nas doutrinas, pelo contrário, o discurso tende a se difundir e é pela partilha dele que os indivíduos definem sua pertença. Mas não fica só nisso, a pertença doutrinária ao mesmo tempo questiona o enunciado e o sujeito que fala, um através do outro. Questiona o sujeito que fala através do enunciado, como é mostrado pelos procedimentos de exclusão, e por meio dos mecanismos de rejeição que entram em funcionamento quando o indivíduo formula uma série de enunciados inassimiláveis. E questiona o enunciado através do sujeito falante, quando a doutrina funciona como sinal e instrumento de uma pertença. A doutrina funciona, portanto, como algo que liga os sujeitos a certos tipos de enunciação e, certamente, lhes proíbe todos os outros.

Discussão e Resultados

Em uma carta datada em 17 de fevereiro de 1928, Freud escreve à Pfister:

[...] fiquei triste ao saber que a insatisfação crítica para com as práticas analíticas e o otimismo terapêutico do senhor tem grande participação na sua saída. Entristeceu-me porque na maioria destes pontos eu estou do lado dele e, apesar de toda simpatia para com sua pessoa, e de todo o apreço pela sua atuação, também não posso aprovar suas entusiásticas análises breves e sua facilidade em aceitar novos membros e adeptos (Freud; Meng, 2009, p. 156).

Em uma outra carta, esta, escrita em primeiro de abril de 1926, Pfister escreve a Freud, relatando a reação da comunidade religiosa ante um artigo que o próprio Pfister escreveu:

Eu tinha escrito um artigo, prevenindo contra a fé estúpida nos milagres, que elevava o faquir acima do nível humano. Ai caíram sobre mim, como se eu não tivesse apenas, como Lutero, atingido o Papa na barriga, mas como se tivesse empestado o Santo dos Santos (Freud; Meng, 2009, p. 133-134).

Os trechos em questão materializam a seletividade, e os mecanismos de controle internos das ordens de discurso. Neles, é possível ver que não apenas é necessário passar por determinadas “tarefas” e, nesse sentido, se adequar para poder “adentrar” certa ordem, mas também que, para permanecer, é preciso seguir determinadas normas. Dentro de cada sociedade de discurso, como já exposto, existem mecanismos de controle internos, externos e de rarefação dos sujeitos – como o comentário, a interdição, a vontade de verdade, o princípio do autor, – que não só regulam a circulação, mas também aquilo que pode ser dito (Foucault, 2007).

No caso do trecho da carta de Freud à Pfister, verificamos que os membros da ordem não aprovam as atividades feitas por Pfister; análises breves ou mesmo a aceitação de qualquer um para a sociedade (de discurso) psicanalítica não seriam aprovadas por todos os membros, visto que a ideia que se tem de uma análise dentro das sociedades psicanalíticas é a de um processo duradouro – já que se trabalha com o desejo, que para Freud era opaco e portanto nunca alcançável em sua essência, jamais esgotável – e que para aceitação de membros não só era preciso passar por uma análise, mas, mesmo antes disso, fazia-se necessário ser aceito como analisando por um analista da escola. Tais perspectivas, inscritas no cerne da ordem do discurso psicanalítico, são confrontadas diretamente pelas ações efetuadas por Pfister, e, assim, por não seguir as normas e determinações daquela ordem, ele não pode mais falar daquele lugar de analista.

Na carta que segue de Pfister à Freud, é notável como sua observação sobre o faquir vai de encontro àquilo que é pregado pela igreja, ou seja, nesse caso, contra certa ordem que circunscreve o discurso religioso e que sempre permeou a maioria dos textos religiosos. A dita observação sobre o faquir fere tanto aquilo proposto pela ordem que chega a ser comparada a um chute na barriga do Papa. Este trecho é ideal para mostrar que, mesmo estando dentro de determinada ordem, o sujeito não é livre para dizer tudo o que quer, pois o discurso sofre uma cisão, não podendo dizer algo inteiramente novo ou algo que, para aquela ordem, não seja verdade. A ordem aqui estabelece um poder sobre o discurso, sobre sua circulação e produção, fazendo com que os indivíduos, se quiserem entrar e permanecer na ordem, sigam aquilo que o saber já instituído define (Foucault, 2007).

Em uma outra carta, Pfister, escreve à Freud, em 1923, expressando sua posição em relação a formação dos analistas em Berlim:

[...] muito me agrada que Berlim exija um estudo de três anos para a formação em psicanálise. Este tempo ainda é demasiado breve... (Freud; Meng, 2009, p. 118).

Algum tempo depois, em 1926, numa correspondência que traz à tona a questão da aceitação da psicanálise nos meios religiosos – meios, psicanalíticos e religiosos, dos quais Pfister fazia parte –, Freud observa que:

[...] na Áustria católica é totalmente inconcebível um “religioso” que trabalhe com análise, e eu não queria complicar as coisas ainda mais. O meu argumento também não teria proveito algum. A resposta teria sido: Se estes senhores religiosos quiserem aplicar a análise, não temos nada a interferir; eles que busquem a aprovação do Bispo (Freud; Meng, 2009, p. 137).

Pode-se articular os trechos transcritos com a noção de Sociedades de Discurso, a qual já nos referimos e que Foucault (2007) trabalha como sendo um dos mecanismos de rarefação do sujeito. Segundo Foucault, as Sociedades de Discurso “têm a função de conservar ou produzir discursos, mas para fazê-los circular em um espaço fechado, distribuí-los somente segundo regras restritas, sem que seus detentores sejam despossuídos por essa distribuição” (Foucault, 2007, p. 39). Dessa forma, o discurso sofre uma série de regulamentações, sanções, para fazê-los circular sob determinadas regras e procedimentos, para dispô-lo a um certo número de sujeitos, dotados de um certo número de faculdades, estabelecidas pela ordem, mas também para interdita-lo em relação a outros indivíduos, pois: “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (Foucault, 2007, p. 37). E mesmo entre aqueles que podem dispor do discurso, ele ainda assim é cindido, permitindo ao sujeito, com base nesses discursos, certas possibilidades de enunciação e não outras; Foucault é bem preciso quando afirma que a “doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros” (Foucault, 2007, p. 43).

No caso da carta de Pfister, podemos verificar a necessidade de um curso de formação para que, só após esse curso e todas as tarefas por ele imposta, o indivíduo possa fazer parte da ordem – a ordem dos analistas – a qual legitima o sujeito a “falar” do lugar de analista. Nesse caso, o sujeito ainda não faz parte da ordem, e, para adentrá-la, precisa responder a certas exigências, o que mostra como o discurso é regulado e controlado, só fazer parte dele e enunciar-lo quem for capacitado, e aceito, para adentrar à ordem do discurso.

Em relação ao excerto da carta de Freud, verificamos o poder da Igreja Católica, vista como uma espécie de Sociedade de Discurso, quando é dito que é preciso, para se legitimar a prática analítica entre os religiosos, “buscar a aprovação do Bispo” (Freud; Meng, 2009, p. 137). Ou seja, um poder que a sociedade de discurso possui, faz valer, e é sentido quando os membros que dela já fazem parte têm que obedecer certa autoridade, previamente estabelecida, para que possam continuar a falar daquele lugar, o lugar de religioso. Temos, então, dois funcionamentos do poder exercido pelas Ordens de Discurso: um que diz sobre o indivíduo que ainda está fora dela, mas se subjetiva para poder falar daquele lugar; e outro para o sujeito que já pertence à ordem. Mas, em ambos os casos, o discurso é controlado e regulado por uma forma de saber-poder

Freud, em uma das muitas correspondências trocadas com Pfister – essa, em específico, datada de 18 de março de 1909 – escreve comentando sobre algumas questões que lhe surgiram durante a leitura de um artigo que Pfister havia publicado em uma revista chamada “*Evangelische Freiheit*” no mesmo ano:

[...] não posso expressar melhor os meus agradecimentos pela sua última publicação na *Evangelische Freiheit* do que pelo pedido de que aceite alguma reflexões que se impuseram a mim durante a leitura. Compreendi que o contexto e o público impuseram-lhe a necessidade de omitir coisas ou censurá-las. Isto sempre é doloroso para o autor e o leitor entendido. O censor corta na carne; tira a “melhor parte”, diz o irônico Heine. Num ponto, penso eu, a sua comunicação poderia ter sido menos temerosa, pois, afinal, a igreja oficial não pode se ofender quando a fantasia se apodera das excitações que ela mesma não tem escrúpulos em comunicar de forma tão insistente (Freud; Meng, 2009, p. 29).

Verificamos que o trecho transcrito mostra o poder da igreja como ordem de discurso que cerceia, cinde e controla o discurso que é produzido por aqueles sujeitos que se subjetivam para falar do lugar de pastor, por exemplo. No excerto, notamos, com base no dizer de Freud, o quanto o artigo que havia sido elaborado por Pfister foi censurado, “cortado”, para atender certas demandas relativas ao público e às condições de possibilidade. Fica visível que a revista chamada “*Evangelische Freiheit*” (liberdade evangélica, em tradução livre), não permitiria a apresentação de teses que ferissem certas regras de enunciação próprias ao discurso religioso,

pois, como dito por Foucault (2007, p. 43), a “doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros”.

Essa censura por parte da revista não deve ser interpretada somente como algo inscrito sob o cerne de um poder exercido apenas pela revista em si. A revista exerce censura, mas não por si só; essa censura, o controle do que pode e do que não pode ser dito em uma publicação que carrega consigo um posicionamento religioso, emana de toda uma ordem de discurso muito maior do que apenas uma revista com conteúdo religioso, ela vem, principalmente, do próprio discurso religioso. A revista para a qual Pfister escreveu é mais um dos lugares em que discurso religioso se materializa, e a censura que ela exerce, as regras que devem ser seguidas, advêm do discurso religioso enquanto um saber-poder que instaura o que pode ser dito dentro daquela ordem para que se possa falar deste lugar. Questiona-se assim, pela a vontade de verdade e seus suportes institucionais, os discursos produzidos, e pelo princípio do comentário, o repouso do texto sobre um já dito e, ainda assim, um novo dizer, mas que jamais deve quebrar com o já produzido.

Mas, por outro lado, verificamos, também em Freud, a ação de certo saber-poder, que o liga ao discurso da psicanálise. O uso de termos como “censura”, “fantasia” e “excitações”, por exemplo, mostram que Freud interpreta a “omissão” de Pfister a partir de certo “lugar”, o qual o legitima a empreender uma crítica ao artigo do pastor. Tais escolhas remetem ao discurso psicanalítico e nos permitem pensar a crítica freudiana como sendo parte desse lugar de subjetivação a partir do qual Freud se investe para falar; Freud está ligado ao discurso psicanalítico, e, portanto, seu dizer traz consigo marcas dessa posição de sujeito.

Em 22 de fevereiro de 1911, Freud escreveu a Pfister uma carta em que relata brevemente algumas questões, um tanto críticas, que vinham acontecendo na Sociedade Psicanalítica de Viena:

[...] em Viena aconteceu uma pequena crise, da qual ainda nada comuniquei a Jung. Adler e Stekel pediram demissão e na quarta-feira eu me deixarei eleger presidente (paralelamente Bleuler poderia assumir agora a presidência em Zurique). As teorias de Adler afastavam-se demais do caminho correto. Era hora de fazer oposição a isto [...]. É certo que sempre me propus ser tolerante e não exercer autoridade; na realidade, porém, isto não é possível (Freud; Meng, 2009, p. 64-65).

Alfred Adler foi fundador da chamada Psicologia do Desenvolvimento Individual. Em 1911, ele deixou a organização psicanalítica de Viena (a Sociedade das Quartas-Feiras, da qual foi o presidente desde 1910) por “divergências sobre concepções teóricas inconciliáveis” (Mijolla, 2005, p. 26). Adler nunca aceitou a importância do recalque e da libido no funcionamento do aparelho psíquico. Em contrapartida, desenvolveu conceitos como “disposição à neurose por inferioridade” e até um “hermafroditismo psíquico”; Adler foi muito criticado por Freud, pelo conjunto de suas disposições, como, por exemplo, o fato “de se apegar a um ponto de vista biológico, de utilizar a diferença dos sexos em um sentido estritamente social e, enfim, de valorizar excessivamente a noção de inferioridade” (Roudinesco, 1998, p.7).

Após essa breve explicação sobre os motivos de divergências entre Freud e Adler, podemos verificar, na leitura do excerto, o quanto os discursos são controlados no interior de uma sociedade de discursos. A Psicanálise Freudiana tem, como principais postulados, a questão da sexualidade e do recalque. Nesse sentido, não seria aceitável, para essa ordem, que Adler, como um dos membros da referida ordem, levantasse teses contrárias a tais postulados e, mesmo assim, permanecesse como membro da ordem. A noção de doutrina, explicitada por Foucault (2007), é bem representativa do que emerge nesse trecho que transcrevemos. Dentro de uma ordem discursiva, geralmente há uma série de postulados, doutrinas, linhas discursivas à qual aquela ordem estabelece como sendo uma expressão da “verdade” e que devem ser seguidos. Ainda segundo Foucault (2007), os discursos, dentro das ordens de discurso, são sempre controlados a fim de circularem sob certas regras e de serem produzidos também sob certas regras. No caso do discurso psicanalítico, uma das principais regras é conferir à questão da sexualidade e da libido local primário e fundamental na teoria, coisa que Adler não fez. Quando Adler rompe com as questões da sexualidade e do recalque, ele rompe também com o principal postulado da ordem psicanalítica, estabelecida pela teoria Freudiana.

O princípio do comentário, apresentado também em Foucault (2007), é bem pertinente para análise do excerto acima. Isso porque, no interior de uma sociedade de discurso ou de uma disciplina, é preciso sempre comentar. Aquilo que é dito deve sempre repousar sobre um já dito. Esse dizer, deve ser novo em uma dada medida, mas não romper com o já dito sobre o qual ele repousa. As teorias de Adler acabam por fazer aquilo que não deve ser feito, romper com o discurso Freudiano, que norteia todo o discurso da sociedade psicanalítica daquela época. A

ordem de discurso exerce sempre um poder sobre os discursos, fazendo-os circular a partir de certas regularidades.

No final do trecho sob análise, Freud ilustra, de forma emblemática, o que procuramos mostrar, quando diz: “sempre me propus ser tolerante e não exercer autoridade; na realidade, porém, isto não é possível”. (Freud; Meng, 2009, p. 64-65). Freud fala como um sujeito pragmático, mas sua fala demonstra não apenas a posição de Freud enquanto sujeito individual, mas também do Freud fundador do movimento Psicanalítico e figura principal na fundação de um discurso⁴. Ele reconhece, que, na posição que ocupa, não é possível não exercer um poder. Freud, enquanto fundador de uma disciplina, exerce um poder, pois ele possui um saber.

Em duas correspondências escritas por Freud à Pfister, ambas no ano de 1919, o primeiro explicita ao segundo o quanto é necessário e importante o fator sexualidade como base do discurso psicanalítico. Na primeira, datada de 24 de Janeiro, ele escreve:

[...] considero muito bom que o senhor assuma a análise de O. e disto também espero que o senhor possa endireitar sua compreensão *meio herética da constituição e do significado da pulsão sexual* (Freud; Meng, 2009, p. 88 – grifo nosso).

150

Já na segunda carta, essa datada de 27 de maio, verificamos o seguinte excerto:

Contudo, não devo apenas orienta-lo sobre a situação fatural, mas também, se possível, dar-lhe razão. Com prazer eu o faria, se também não tivesse de lhe fazer uma censura (agora me refiro primeiramente ao senhor, Dr. O. Pfister, e não a Sociedade de Zurique). Na sua carta não é mencionado com uma sílaba sequer o que na carta de Sachs é o principal. [...] *Sachs obteve a impressão de que na Sociedade haveria a intenção de deixar o fator da sexualidade o mais intocado possível. Espero que ele não tenha tido razão para concluir assim, pois quando a Sociedade se uniu a nós deveria saber que este é nosso shibolete*⁵ (Freud; Meng, 2009, p. 91-92 – grifo nosso).

⁴ Para Foucault (2001), fundadores de discursividade, são diferenciados dos “grandes autores” ou dos fundadores das ciências, pois ocupam uma posição transdiscursiva nas ordens do discurso; seus textos funcionam como a possibilidade e a regra de formação de outros textos, abriram espaço para outra coisa diferente deles e que, no entanto, pertence ao que eles fundaram (Foucault, 2001). Foucault reconhece Freud e Marx como dois desses instauradores.

⁵ Freud usa aqui a palavra “Shibolete”, derivada do hebraico, que remete à história narrada na Bíblia, em Juízes 12. 1-7, na qual esta palavra foi utilizada como senha durante uma guerra entre duas tribos de

Os dois trechos mostram o quanto é necessário, para as sociedades de discurso, que os sujeito se mantenham fieis aos postulados por elas instituídos. Nos excertos, vemos como a questão da sexualidade se constitui como pedra angular do discurso psicanalítico freudiano, e, portanto, fugir dessa questão, para essa sociedade de discurso, é um indício de que o sujeito está fazendo outra coisa, qualquer que seja, mas não psicanálise.

No primeiro trecho, Freud revela suas expectativas de que Pfister corrija sua visão sobre a questão da pulsão sexual; a visão de Pfister é definida por Freud como “herética”, trazendo consigo um posicionamento que inscreve as ideias de Pfister sobre a questão sexual no lugar de algo que fere e quebra com toda uma regra de como os discursos devem ser produzidos naquela ordem. Em outras palavras, Freud mostra que a postura de Pfister funciona como se ele violasse e quebrasse com as regras (regularidades) que fundamentam o modo de funcionamento de produção discursiva dentro daquela ordem de discurso.

No segundo trecho, Freud explicita como a questão da sexualidade é uma espécie de senha que é necessária para que se faça parte daquela ordem e que se possa falar daquele lugar de analista. Foucault (2007) mostra como em cada ordem de discurso é necessário que se atenda a certas exigências para que se possa fazer parte daquela ordem e falar daquele lugar, em suma “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (Foucault, 2007, p. 37). Mas não é apenas isso, pois, mesmo sendo qualificado para entrar na ordem, é preciso que o discurso do sujeito se adeque às exigências de funcionamento daquela ordem discursiva, é preciso seguir uma vontade de verdade e também uma doutrina, a qual “liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros” (Foucault, 2007, p. 43). Dessa forma, os discursos que circulam em determinada ordem surgem “cindidos”, controlados para circular sobre determinadas regras; é preciso se vincular a certos discursos e certos modos de enunciação e, portanto, excluir todos os outros.

Nessa perspectiva, no que se refere à psicanálise freudiana, verificamos, no excerto sob análise, que a questão da sexualidade é tão importante e central, que chega a ser comparada a uma senha. E, aqueles que não têm acesso a essa senha, não podem, portanto, entrar nesse

Israel. A pronúncia correta da palavra indicava a que tribo cada um pertencia, sendo mortos os que a pronunciavam incorretamente (Freud; Meng, 2009, p. 92).

seleto clube. Se Pfister e a sociedade de discurso a qual ele pertence não aceitam essas regras que a psicanálise impõe, então, surge a necessidade de censura-los, provavelmente, até que ele saia da ordem. Nesse sentido, a fala de Freud materializa alguns dos pontos mais importantes do funcionamento de uma sociedade de discurso e seu saber-poder.

Considerações Finais

No início deste trabalho, trouxemos uma citação na qual o médico e psicanalista Joel Birman (1988) afirma que “a correspondência entre Freud e o pastor Pfister, estabelecida de forma sistemática entre 1909 e 1939, constitui talvez o arquivo discursivo mais importante para balizarmos a relação entre os discursos psicanalítico e religioso”. Após a leitura e análise dos dados que fizemos, corroboramos a citação de Birman.

As cartas constituem um importante registro discursivo, por meio do qual pudemos verificar a emergência dos discursos inscritos na ordem de um saber-poder. Pudemos notar o quanto as sociedades de discurso estão presentes nos mais diversos contextos, regulando a produção e circulação dos discursos, e exercendo, a partir desse saber que eles detêm e controlam, um tipo de poder que se faz sentir sobre aqueles que estão subjetivados nesses lugares. Todos esses mecanismos de controle discursivo, que se constituem nas sociedades de discurso, funcionam com o objetivo não apenas de cercear o discurso e controlar sua circulação, mas também de munir com certas “armas”, vinculadas as formas de saber-poder, aqueles que são qualificados para serem sujeitos desse discurso (Foucault, 2007). Tanto o discurso religioso, quanto psicanalítico, podem ser inscritos nessa linha do saber-poder, já que as bases discursivas (o modo como cada um entende o homem, por exemplo) operam no sujeito um poder que advém de um saber, que é sempre cindido e controlado.

Referências

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 15ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007. 80 p.

_____. **A arqueologia do saber**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. 264 p.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002. 158 p.

_____. O que é um autor. In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema** (vol. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 264-298

_____. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. 176 p.

FREUD, E. L.; MENG, H. (org.) **Cartas entre Freud & Pfister [1909-1939]**. 3ª. ed. Viçosa: Ultimato, 2009. 200 p.

FREUD, S. Uma experiência religiosa (1928). In: FREUD, S. **Sigmund Freud: Obras completas, volume XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 331-336.

MIJOLLA, Alain de. **Dicionário internacional de psicanálise: conceitos, noções, biografias, obras, eventos, instituições**. Rio de Janeiro, Imago Ed., 2005. 2204 p.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1998. 892 p.